

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 08 - Trabalho e emprego na viração do capitalismo: interpretando contrastes sociabilidades e organizações

“Jornalismo de Quebrada” e precariedade: investigação sobre as condições de trabalho de coletivos de comunicação de Periferias de São Paulo

Mariana de Sousa Caires¹

Universidade Federal do ABC

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar sobre as mudanças no trabalho no novo capitalismo e suas relações com o trabalho de integrantes de grupos que produzem “jornalismo de quebrada” em periferias de São Paulo. O corpus da investigação são os trabalhadores dos grupos “Periferia em Movimento, “Desenrola e Não me Enrola” e “Embarque no Direito”. Foram realizados levantamento bibliográfico sobre as temáticas do trabalho imaterial e precarização, para identificar possíveis conflitos que podem ser investigados na pesquisa etnográfica sobre as condições de trabalho. Como considerações finais, trago discussões sobre a necessidade de ir além da dualidade que estabelecia pontos essencialmente negativos nos novos hábitos de trabalho e a importância de considerar suas trajetórias individuais de trabalho, vivência e as redes de que fazem parte. O artigo se insere na pesquisa “Educomunicação em São Paulo: das políticas públicas ao ‘fazer acontecer’ dos coletivos de comunicação periféricos”.

Palavras-chave: comunicação; trabalho imaterial; novo capitalismo; precarização; periferias; educomunicação.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais na linha de pesquisa sobre Estado, Políticas Públicas, Sociedade Civil, orientada pela Prof. Dra. Livia de Tommasi. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). mariana.caires@aluno.ufabc.edu.br

“Após 30 anos de luta, comunicadores das quebradas ainda passam perrengue pra trampar” (BORGES, 2019). Dessa forma, os comunicadores da produtora Periferia em Movimento anunciam em seu site a pesquisa “Mapa do Jornalismo Periférico: passado, presente e futuro”². O mapeamento foi realizado pelo Fórum Comunicação e Territórios, que conta com integrantes da Rede Jornalistas das Periferias³ e foi realizado com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Reuniu informações sobre 56 iniciativas de jornalismo das periferias de São Paulo por meio de entrevistas com 97 realizadores comunicativos. Entre os resultados destacados na apresentação da pesquisa para o público, está o aumento do número de iniciativas de jornalismo nas periferias após 2010, que foi relacionado pelos pesquisadores com a criação de políticas públicas de acesso ao ensino superior no país, já que 62% dos entrevistados estudaram com o apoio destas, entre as cotas, ProUni, FIES e outras. Segundo o mapeamento, o trabalho destes profissionais tem como objetivo fortalecer o direito à comunicação e os jornalistas precisam superar desafios, com destaque para a falta de opções de financiamento. Dentro da proposta do mapeamento, fica evidente que além de pesquisarem sobre as motivações dos conteúdos publicados pelos grupos, também dedicaram grande parte da pesquisa a compreender o contexto de trabalho e financiamento dessas atividades.

Como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Humanidades na Universidade Federal do ABC⁴, tenho me dedicado a estudar as subjetividades do trabalho desempenhado por coletivos de comunicação das periferias da cidade de São Paulo, com orientação da Profa Dra. Livia de Tommasi. Um assunto que dialoga com as temáticas propostas no VIII Seminário FESPSP, “Juventude, Trabalho e Profissão”. Logo, no Seminário, pude discutir sobre a precarização do trabalho no novo capitalismo relacionada ao contexto dos profissionais que atuam com o “Jornalismo de Quebrada”⁵.

² O mapeamento produzido pelo Fórum Comunicação e Territórios está disponível para download no site <https://www.comunicacaoeterritorios.org>³ /. Acesso em novembro de 2019.

“A Rede Jornalistas das Periferias é uma iniciativa de comunicador_s, morador_s de bairros periféricos da cidade de São Paulo, que atuam em diferentes frentes e áreas do campo, e de coletivos e movimentos de comunicação periféricos organizados, que tem o objetivo de promover e disseminar a informação produzida pelas periferias e para as periferias”.

Informações disponíveis na página do facebook da Rede Jornalistas das Periferias: <https://pt-br.facebook.com/redejornalistasdasperiferias4/> / Acesso em novembro de 2019.

A pesquisa de mestrado tem o título “Educomunicação em São Paulo: das políticas públicas ao ‘Fazer Acontecer’ dos coletivos de comunicação periféricos” e está sendo realizada no período de 2019 a 20215 .

O termo “Jornalismo de Quebrada” foi criado em 2015 pela pesquisadora Juliana Salles Souza, em pesquisa sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo Periferia em Movimento, como forma de afirmação identitária frente a outras classificações de jornalismo. Desde então, este e demais grupos começaram a se afirmar no campo de estudos do jornalismo enquanto “jornalistas de quebrada”.

Neste artigo, apresentarei brevemente o trabalho de três grupos que atuam com jornalismo e cursos de formação em jornalismo em periferias da Zona Sul de São Paulo. São eles, o “Desenrola e Não me Enrola”, que produz o curso “Você Repórter da Periferia”, a “Periferia em Movimento”, que produz o “Repórter da Quebrada” e o “Historiorama”, que realiza o jornal comunitário “Embarque no Direito”. Então, o artigo prosseguirá com o levantamento bibliográfico sobre as temáticas do trabalho imaterial, precarização e empreendedorismo no contexto do novo capitalismo. Por fim, busco identificar paralelos com as condições de trabalho dos coletivos de comunicação encontradas nestes grupos estudados e nos resultados da pesquisa do Fórum Comunicação e Territórios.

O objetivo do artigo é reunir conceitos teóricos para então investigar se, nas dinâmicas de trabalho destes grupos, é possível observar subjetividades destacadas pelos teóricos do novo capitalismo, que seriam consequências da flexibilização, o trabalho por propósito, o alto nível de conexão entre a vida privada e coletiva e o sujeito empreendedor de si mesmo. Além da reunião de bibliografias sobre os jornalismo alternativos e periféricos, realizei entrevistas com membros de três grupos estudados, utilizando da metodologia etnográfica. Nesta, busquei observar as

subjetividades envolvidas nos contextos de trabalho comentados pelos entrevistados, com cuidado para fazer ciência dos pressupostos que trago dos anos em que trabalhei no Periferia em Movimento².

Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas. (Bourdieu, Pierre. 2001. p. 694)

Nas entrevistas, investiguei o contexto da atuação dos coletivos de comunicação, em especial no desenvolvimento dos projetos de cursos para formação em jornalismo. E tenho observado que a busca pelo financiamento é um dos desafios enfrentados para que os projetos continuem sendo realizados, e que os sujeitos entendem suas atividades enquanto um trabalho. Portanto, a lente da sociologia do trabalho se faz essencial para que a pesquisa conheça as subjetividades destas atividades. A revisão de literatura sobre trabalho no novo capitalismo tem base nos autores que foram apresentados na disciplina “Juventude e Trabalho” ministrada pela orientadora da pesquisa, Livia de Tommasi e com as prósperas discussões realizadas no grupo de pesquisa “Cultura e Trabalho”, de que faço parte na Universidade Federal do ABC.

Para compor a discussão teórica sobre trabalho no novo capitalismo, iniciarei com a definição do trabalho enquanto categoria com base em Oliveira (2010) e Arendt (1995) e estudos sobre as relações estabelecidas entre disciplina do trabalho e o tempo feitos por Thompson (1998), passando a investigações sobre o campo do trabalho imaterial por Gorz (2005), Lazzarato e Negri (2001). A fim de contextualizar a nível macro como o trabalho se insere no novo capitalismo, serão fundamentais os recortes de Boltanski e Chiapello (1999), Sennet (2006) e Rose (2011). Para encerrar o artigo e despertar mais questionamentos sobre as relações flexíveis do mundo do trabalho e suas implicações sobre os jovens brasileiros que trabalham com sonhos, trago a etnografia produzida por Scoz (2018), Lorey (2016) as investigações de Tommasi (2007) e Moreno (2018) e introduções ao trabalho

² Entre 2015 e 2017, trabalhei no Periferia em Movimento, participando da criação e execução dos projetos desenvolvidos em coletivo.

precário por Telles (2006). O trabalho de Souza (2018) também será apresentado por ter categorizado as práticas de jornalismo periférico junto a coletivos.

Jornalismo de Quebrada na Zona Sul de São Paulo

Os grupos “Periferia em Movimento”, “Desenrola e Não me Enrola” e “Embarque no Direito” atuam em periferias da zona sul de São Paulo. São veículos de comunicação e também desenvolvem projetos de cursos de formação em jornalismo para jovens. Este é o trabalho dos membros destes grupos, dali tiram a renda para se sustentarem. As metodologias de seus cursos podem ser compreendidas na academia no eixo de estudos da “educomunicação”. Essa é uma ciência que faz interface entre os dois campos científicos da Educação e comunicação e é definida pelo pesquisador Ismar Soares, do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCEUSP), como:

El conjunto de las acciones de carácter multidisciplinar inherentes a la planificación, ejecución y evaluación de procesos destinados a la creación y el desarrollo –en determinado contexto educativo– de ecosistemas comunicativos abiertos y dialógicos, favorecedores del aprendizaje colaborativo a partir del ejercicio de la libertad de expresión, mediante el acceso y la inserción crítica y autónoma de los sujetos y sus comunidades en la sociedad de la comunicación, teniendo como meta la práctica ciudadana en todos los campos de la intervención humana en la realidad social (Soares, 2009, p. 202)

Na prática, a educomunicação pode estar em distintas etapas da relação entre emissor e receptor da mensagem, já que essa relação não é única e unilateral, mas composta por trocas, a depender do contexto social dos emissores e receptores, dos meios tecnológicos ou canais, e da mensagem (Barbero J. M., 1997). Grande marco para os estudos da área foi a pesquisa do NCEUSP realizada de 1997 a 1999, que reuniu 178 especialistas das áreas de educação e comunicação de 12 países da América Latina. A Pesquisa “Perfil do Educomunicador” apontou para a emergência de um novo profissional, e mostrou que essa inter-relação se materializa em quatro áreas, elencadas por Yasaki (2018), da educação para comunicação, à inserção de tecnologias na educação, gestão para a comunicação e reflexão epistemológica desse novo campo de conhecimento³.

³ O pesquisador registrou as quatro principais vertentes de educomunicação como: (1) a educação para a comunicação, que visa à apropriação e leitura crítica dos meios; (2) a mediação tecnológica na educação, que aborda a presença das novas

O termo “educomunicação” é citado pelo “Desenrola e Não me Enrola” e pela “Periferia em Movimento” em seus sites e projetos. Mas apesar da Cidade de São Paulo possuir uma legislação específica para políticas públicas de educomunicação, a Lei Municipal no 13.941/2004, em nenhum momento estes coletivos registram envolvimento com essa política pública. Pelo contrário, estão mais relacionados com políticas públicas culturais.

A busca pelo financiamento de seus trabalhos passa pela inscrição de seus projetos editais públicos de fomento a práticas culturais, parcerias com fundações privadas, financiamentos coletivos online, entre outros. Os três fazem parte da Rede Jornalistas da Periferia e desenvolvem alguns projetos em parceria, como aconteceu com o mapeamento da comunicação periférica em São Paulo, citada no início do artigo. Durante o evento de lançamento do mapeamento, a pesquisadora Juliana Souza participou levando informações sobre a classificação “Jornalismo de Quebrada”. Entre as características particulares do Jornalismo de Quebrada, estão: Democratização da comunicação sobre as quebradas paulistanas; compartilhamento de conteúdo de midialivristas independentes; caráter contra-hegemônico; caráter participativo-cidadão; emancipação de quebradas; disputa de imaginários; incorporação de gírias; preocupação com a informação e formação do leitor; militância pela garantia dos direitos fundamentais; adaptação do conceito de periferia; e especificidade geográfico-espacial. (SOUZA, 2015, p.154)

Visto que os três grupos fizeram parte do Fórum Comunicação e Territórios, que desenvolveu a pesquisa, entende-se que possuem aproximações com a denominação de seus trabalhos enquanto “Jornalismo de Quebrada”. E para além disso, estão juntos mapeando informações sobre seus pares com o intuito de entenderem as necessidades e características destes atores. O próximo passo deste trabalho que estão desenvolvendo em conjunto será buscar por políticas públicas para financiar o trabalho de iniciativas de comunicação periféricas para que possam ir além das formas que têm hoje para financiar seus trabalhos. Em entrevista, Tony Marlon, criador do Historiorama, comentou que após fazerem a Pesquisa, “a gente percebeu que tentar encaixar fazedores e fazedoras da comunicação em uma

tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nos espaços formais de educação; (3) a gestão da comunicação, voltada ao planejamento, execução e avaliação de planos e projetos apoiada na ideia de ecossistema comunicativo; e (4) a área de reflexão epistemológica, voltada aos estudos relacionados a esse novo campo do conhecimento.

narrativa de produto cultural gera distorção no fazer do coletivo (...) por isso a gente tá coletivamente sonhando uma Lei de Fomento” (MARLON, 2019).

Nos próximos tópicos, apresento uma breve história dos grupos estudados para que as críticas da sociologia do trabalho possam ser situadas em seus contextos posteriormente.

- **Periferia em Movimento - Repórter da Quebrada**

Em 2009, os estudantes de jornalismo Aline Silva, Thiago Borges e Sueli Reis Carneiro se uniram para produzir o documentário “Grajaú na construção da Paz” como TCC do curso de jornalismo na Universidade Santo Amaro. Unidos pela vontade de criar um jornalismo a partir das periferias, sem estereótipos perpetuados pela imprensa corporativa, os três jornalistas moradores do Grajaú e Campo Limpo formaram o “Periferia em Movimento” e criaram um blog para publicar bastidores da gravação e dados da pesquisa científica, dali continuaram uma trajetória que já soma 10 anos. Nos primeiros anos, essa foi uma atividade paralela aos empregos formais que os jornalistas desempenhavam em empresas. As pesquisas de Souza (2015 e 2019) reúne demais informações sobre o histórico do grupo.

Em 2010, o coletivo viu em um Edital da Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo a possibilidade de enviar projeto e conquistarem financiamento público para este. Inscreveram o projeto “Periferia em Movimento em Debates” no edital VAI (Valorização de Iniciativas Culturais) e este foi selecionado. Daí em diante, como mostra a linha do tempo publicada em seu site⁴, o coletivo produziu diversos projetos. Então, os membros começaram a buscar formas de fazer do Periferia em Movimento seus trabalhos prioritários, e isso só seria possível se fossem remunerados para tal. Dez anos depois, a produção jornalística do Periferia em Movimento já é o trabalho trabalho dos integrantes, mas longe de uma estrutura de empresa ou associação comunitária. E em 2018, após participarem do programa de Aceleradora de Negócios de Impacto Social (ANIP)⁵, o grupo passou a se definir como produtora de conteúdo. Entre os motivos, Thiago contou a Juliana em

⁴ A linha do tempo da Periferia em Movimento disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/linha-do-tempo/>

⁵ A ANIP se define em seu site como “A iniciativa da Produtora A Banca – em parceria com Artemisia e FGV CEEN (Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios), tem o objetivo de potencializar uma nova geração de negócios de impacto social que atuam nas periferias do município de São Paulo. Para 2019 selecionamos dez negócios que receberão até R\$ 20 mil de capital-semente para investir na empresa, além do processo de 08 meses de acompanhamento, workshops e mentorias. A ANIP tem o objetivo de apoiar uma nova geração de empreendedores (as) da periferia fortalecendo seu modelo de negócio e aumentando o impacto social, em um ambiente que transforme os empreendedores e empreendedoras em protagonistas no desenvolvimento de soluções sociais, ambientais e financeiras do país. (disponível no site <https://www.aceleradoranip.com/>)

entrevista (2019), que:

quando se fala de coletivo, parece ainda parece algo muito solto, sabe? como se fosse um vínculo muito fácil de se fazer e desfazer. Quando a gente se assume como produtor, a gente assume que a gente tem um projeto de curto, médio e longo prazo, porque aí a gente tá falando de grana e de contratação de mais pessoas, de ter um impacto real. Não que a gente não tenha, mas de ter um impacto mais efetivo na vida das pessoas do local. A gente tem um modelo de gestão continuo sendo de coletivo e eu acho isso é o mais importante. Se a gente deixa de ser coletivo, a gente perde a horizontalidade e perde autonomia que cada um tem. Não queríamos isso, mas percebemos que, na verdade, o modelo de gestão possa ser preservado. Então, na essência, ainda somos um coletivo, na maneira em que nos apresentamos no mundo, só agora ressignificando a produtora, trazendo diversidade. Por que não ser uma produtora na quebrada, sabe?! entendendo isso, fizemos muito as coisas do nosso jeito e podemos continuar (BORGES, 2018. Apud SOUZA, 2019)

Na descrição “quem somos” no site, se apresentam da seguinte forma “a Periferia em Movimento é uma produtora de Jornalismo de Quebrada que gera e distribui informação dos extremos ao centro”. Em 2015 e 2017, com fomento público, o grupo realizou duas edições do curso “Repórter da Quebrada”, cursos de vivência da prática do jornalismo para o público jovem de periferias da cidade. Além de cursos extensos semestrais, o grupo também realiza diversos formatos de vivências em jornalismo. O grupo inaugurou em 2019 a “Morada Jornalística”, casa da Periferia em Movimento no Grajaú. Assim, o grupo tem pela primeira vez um espaço físico para desenvolver suas atividades.

- **Desenrola e Não me Enrola - Você Repórter da Periferia**

Quem também consolidou um ambiente físico de trabalho para exercer suas atividades foi o coletivo “Desenrola e Não me Enrola”. Sua história teve início em 2013, quando Thais e Ronaldo, dois moradores do Jardim Ângela que estudavam jornalismo juntos, começaram a produzir um site com notícias culturais da região. Esse era o início do coletivo que criaria em 2017 o Centro de Mídia do M’Boi Mirim, espaço de coworking com estúdios de fotografia e edição, salas de reunião e

auditório disponíveis à população em geral. No livro publicado em 2018, contam seu propósito da seguinte forma:

O Desenrola e não me Enrola é um coletivo de comunicação engajado em criar, ressignificar práticas e métodos de produção de Conteúdo, Pesquisa e Formação, tendo como ponto de partida a produção de conhecimento presente nos diferentes contextos sociais que dão forma às periferias de São Paulo. Não por acaso, os eixos temáticos que norteiam todos os projetos desenvolvidos pelo coletivo ao longo dos últimos cinco anos são Identidade, Território e Repertório (VILHENA, LOPES, CRUZ, MATOS, SIQUEIRA. 2018. p.10)

Desde sua criação, o coletivo também desempenhou diversos projetos para além do site inicial. Entre eles, estão as cinco edições do curso “Você Repórter da Periferia”, projeto que seleciona jovens moradores de periferias que queiram aprender sobre técnicas e práticas do jornalismo a partir das periferias, com foco nos três eixos citados acima: território, identidade e repertório.

A metodologia de formação do curso (é) pautada na produção de um jornalismo que provoque nas pessoas um reencontro com a sua identidade cultural atuando diretamente contra a produção e reprodução de estereótipos e as falácias da generalização, facilmente identificadas na grande mídia (VILHENA, LOPES, CRUZ, MATOS, SIQUEIRA. 2018. p.10)

Para realização das atividades, o grupo sempre inscreveu projetos em editais de fomento público. Em 2014, o projeto “Você Repórter da Periferia” foi selecionado no VAI. A própria realização das inscrições em editais já é um desafio que foi superado por meio da conexão com “outras pessoas mais experientes e com vivências sobre políticas públicas (...) que não pouparam esforços para nos ajudar no processo de escrita do edital” (VILHENA, LOPES, CRUZ, MATOS, SIQUEIRA. 2018. p.19). O livro citado, inclusive, foi publicado por meio do Edital de Fomento à Cultura das Periferias. Mas em anos em que o grupo não foi contemplado por nenhum fomento, continuou realizando o curso e demais atividades. No começo de 2019, porém, abriram as portas sem sequer saber se teriam orçamento para o aluguel dos próximos meses, me contou Flávia Lopes, integrante do coletivo.

- **Historiorama - Embarque no Direito**

Um dos grupos que trabalha no Centro de Mídia do M'Boi Mirim é o jornal “Embarque no Direito”. Em seu site, o projeto é apresentado da seguinte forma:

Um Lab de produção comunicativa e educação em direitos que apoia técnico e financeiramente juventudes comunicadoras das periferias sul de São Paulo para pesquisar, produzir e distribuir um jornal impresso com tiragem de 20 mil exemplares que busca traduzir direitos de quem sai de casa nas primeiras horas da manhã. (HISTORIORAMA, 2019).

O jornal foi idealizado pela Fundação Historiorama e recebe financiamento do Instituto Procomun e da Ford Foundation. Seu criador, Tony Marlon, mora no Campo Limpo e se define como educador. Diferentemente dos outros projetos, esse já nasceu após anos de repertório dos idealizadores, que quando criaram, já faziam parte de uma rede. Em entrevista, Tony comentou que “quando falei da ideia para um amigo, ele quis ajudar a financiar o projeto”. Assim, Tony convidou parceiros da comunicação para trabalharem junto, acordaram uma ideia de salário, e então começaram com a ideia de estabelecer uma rotatividade entre os jovens participantes de cada edição. Tanto estes quanto os entregadores do jornal (que realizavam entregas nos terminais urbanos da região) recebiam uma quantia fixa para participar de uma edição.

Conhecendo estes três grupos, pode-se observar que a rotina de um trabalhador do “jornalismo de quebrada” varia conforme o projeto criado, as redes que se participa, a garantia da remuneração, entre outros fatores. Quando entrevistados, todos eles não exitam em afirmar que aquelas atividades são seus trabalhos. Mas o que significa ser um “trabalho”?

Conceitualizando “trabalho”

Desde 1984, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publica mensalmente em convênio com a Fundação Seade a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para reunir dados sobre a situação de trabalho da população de grandes metrópoles e caracterizá-las entre “desempregados” e “ocupados”, esses últimos se dividem entre “autônomos” e “assalariados com carteira, sem carteira e servidores públicos”. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) também traz dados estatísticos

⁶ sobre trabalho, e vem destacando nos últimos anos o aumento no número de profissionais autônomos, grandes e micro empreendedores, que se dividem entre

⁶ O relatório Empreendedorismo no Brasil 2017, do SEBRAE, aponta as taxas de empreendedorismo por necessidade e por oportunidade, “São considerados empreendedores por oportunidade aqueles que, quando indagados na entrevista, afirmam ter

empreendedores por oportunidade e empreendedores por necessidade. Há diversos destes índices que apontam a quantidade de pessoas em uma ou outra situação de trabalho. Mas não é tão binária a definição de uma atividade como trabalho, principalmente para quem pratica atividades do campo imaterial.

Para trabalhadores da cultura, chega a ser confusa a reação ao responder uma pesquisa sobre situação de trabalho, já que “cada vez mais jovens se manifestam dispostos a explorar o potencial de empregabilidade de suas práticas de lazer e prazer de todos os dias, que integram habilidades aprendidas informalmente, por brincadeira”, como mostrou Vitor Ferreira na pesquisa “Ser DJ não é só soltar o play: a pedagogização de uma nova profissão de sonho”. E “à medida que se tentam profissionalizar na atividade e se procuram lugares para tocar no mercado de trabalho, os formandos vão ter que assumir o estatuto de empresário de si”, completa.

O que significaria para esses profissionais do “jornalismo de quebrada” se profissionalizar? Para além do âmbito legal, da institucionalização de suas iniciativas e criação de um CNPJ, pode haver fatores simbólicos que implicam em considerarem suas atividades como “trabalho”. Oliveira (2010) resgatou em seu artigo “A Concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas” discussões que teóricos Marxistas têm trazido em duas vertentes. Por um lado, há os que entendem como necessário o movimento de negação do trabalho, afirmando que este não deveria mais ser uma atividade central no contexto do homem moderno, (após grandes revoluções tecnológicas que permitem que a máquina realize trabalhos antes ocupados pelos humanos). Por outro lado, há teóricos que utilizam Marx para afirmar que o trabalho é um instrumento de humanização do homem e atribuição de caráter. Trago essa discussão porque, em seu artigo, o autor aponta para a necessidade de se enxergar a visão dialética que Marx tinha sobre o trabalho. Com esse olhar, o trabalho “possui um momento universal, antropológico, o momento da objetivação e auto-criação humana e um momento particular, histórico, o trabalho assalariado, produtor de mercadorias, a atividade capitalista” (OLIVEIRA, 2010 p.73).

iniciado o negócio principalmente pelo fato de terem percebido uma oportunidade no ambiente. - Ao contrário, o empreendedor por necessidade é aquele que afirma ter iniciado o negócio pela ausência de alternativas para a geração de ocupação e renda.”

Relatório está disponível em:

https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf

Pode ser considerado um “tabu” essa investigação sobre a dimensão capitalista dos trabalhos culturais, pois por exemplo, se um trabalho tem propósitos sociais, ver que os criadores estão ganhando dinheiro com isso ainda parece um problema. Mas na leitura de OLIVEIRA, quando analisa Marx com uma leitura dialética, ele mostra que a potencialidade criadora e capitalista não são excludentes:

Mesmo sob a determinação capitalista, o trabalho permanece com sua potencialidade criadora e o homem permanece um ser ativo. Quando falamos em emancipação, pretendemos que essa capacidade criadora (e criativa) do trabalho possa efetivar-se em favor dos homens (OLIVEIRA, 2010. p. 81) Ainda buscando destrinchar o conceito de trabalho, lembro que ARENDT (1995) distingue três distintas atividades: o “trabalho, labor e ação”. Estas compõem a condição humana de “Vida Ativa” e têm suas implicações entre os campos político, social, público e privado. “O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana [...] produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. A condição humana do trabalho é a mundanidade” (ARENDT, 1995. p. 15).

Labor seria uma atividade física, mecânica; trabalho uma atividade que implica um planejamento; e a ação, que se realiza entre os homens sem a mediação das coisas, seria a atividade central, do “fazer junto”. Labor e trabalho estariam no campo privado, mas a ação seria desenvolvida no público. Neste âmbito do campo político, mostra que as pessoas desenvolvem uma “vida ativa”, que tem como característica deixar algo para a posteridade. No âmbito da “vida mental”, o trabalho carrega a sensação de pertencimento. Esse questionamento sobre o que estamos realizando é chave para compreendermos se nossa busca por encaixar-se em um trabalho se trata de uma sujeição a uma necessidade construída socialmente, e mais, se estamos pensando no âmbito pessoal ou compartilhado.

quando alguém pergunta onde ou com o que você trabalha e a resposta é que você faz parte de um coletivo de comunicação que atua a partir das periferias, com a proposta de estimular o senso crítico sobre as relações e construções sociais das periferias, muitos demoram para entender que a nossa atividade é um trabalho. Talvez essa dificuldade se dê por crescermos achando que trabalho mesmo é

aquele onde você possui registro na carteira, que a forma de organização é sempre hierárquica, onde existe uma distribuição dos 'poderes' com subordinação dos cargos maiores e menores. Meu primeiro contato com o trabalho aconteceu dessa forma. E foi a partir dessa relação com o trabalho que aprendi muita coisa. A forma de organização do Desenrola parte de outro ponto, onde as construções e decisões são feitas de forma conjunta. Os objetivos e motivações são muito semelhantes. A partir dessas conexões, nosso trabalho se constrói de outra forma (VILHENA, LOPES, CRUZ, MATOS, SIQUEIRA, 2018. p.88)

Tanto a sensação de pertencimento quanto a conexão entre o âmbito privado e o público são aparentes nos trabalhos dos grupos estudados. Os projetos que desenvolvem têm motivações sociais dentro de um contexto político e territorial. O aumento das iniciativas de comunicação em periferias nos anos 2010, se conecta com o fato de que o jornalismo passou por diversas mudanças com o surgimento da internet e, sem dúvida, esta é uma plataforma que potencializa o surgimento de novos grupos, como os aqui apresentados. Enquanto iniciativas alternativas surgiram, o corte de profissionais das grandes redações também é uma realidade deste período. É cada vez mais comum que jornalistas exerçam atividades como freelancers em jornais de grande e pequeno porte.

Nos casos estudados, é difícil encontrar contratos formais de trabalho individuais para além dos contratos coletivos, que pagam pelos projetos executados, em nome de um membro do grupo, que então repassa o valor aos demais. Como apresentado, essa organização em coletivo é marcada pela horizontalidade das atividades e por incertezas quanto ao orçamento para os períodos que sucedem o fim dos projetos. A quantidade de participantes atuantes nos projetos é a quantidade que o orçamento permite remunerar, o que passa por escolhas difíceis como "a organização da divisão de valores, a forma de remuneração, quanto se paga por determinada função, entre outros quesitos. Quando se trata de fomento público como o VAI, o orçamento máximo e mínimo é pré-definido pela Secretaria, os proponentes criam suas definições de pagamento e o poder público não traz regras quanto à remuneração, apenas exige a prestação de contas no fim do processo. As rotinas de trabalho irão variar também e são muitas subjetividades envolvidas.

Para os autores Boltanski e Chiapello (2009), a forma como a sociedade ocidental se relaciona com o trabalho se transformou após a revolução de 1968 na França. Eles elencam motivos para aqueles mesmos jovens que clamaram pela liberdade e fim

das hierarquias no trabalho vissem como positiva a perda de estabilidade. Mas antes de trazer as discussões sobre o neoliberalismo e flexibilização do trabalho, considero importante tratar das modificações na disciplina do trabalho ao longo da história. É fundamental também, considerar que estamos em um país com mais de 380 anos de escravidão e que o mercado de trabalho formal se configurou em moldes colonialistas e excludentes aos negros (BARBOSA, 2003). Se estamos falando de jovens periféricos trabalhando com comunicação, sendo que as periferias da capital de São Paulo são formadas de trabalhadores negros migrantes de outras regiões do país, estamos falando de múltiplas identidades com marcadores de condições de trabalho em comum.

É hora de vida ou hora de trabalho?

Buscar explicações sobre o mundo do trabalho é também questionar as relações entre trabalho e tempo, e Thompson (1991, p.269) mostra que entre os anos 1300 e 1965, ocorreram mudanças importantes na forma como a sociedade europeia compreendia o tempo e essa mudança na relação com o tempo do relógio afetou a dinâmica do trabalho. As atividades dos camponeses eram guiadas pelo tempo da natureza, e este “trabalhos naturais” de fazer a colheita ou manter a fogueira acesa toma o tempo que for necessário. São atividades orientadas pelas tarefas, e em seus contextos refletem pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. A orientação por tarefas se torna complexa quando se emprega mão-de-obra. O tempo começa a se transformar em parte do dinheiro do empregador, então vira prática pagar por jornada de trabalho para que sejam realizadas determinadas listas de tarefas. O relógio está, então, sincronizado com o trabalho. Teoricamente, dentro de uma rotina CLT, às 8h se inicia o trabalho, às 12h se almoça, às 13h torna o trabalho e às 17h se despede. Quando não se está no ambiente de trabalho, não se trabalha? Isso levaria a uma separação entre a “hora de vida” e a “hora de trabalho”? Hoje em dia, para qualquer um, seja quem trabalha 8h por dia com carteira assinada e está em um grupo do whatsapp da empresa ou seja quem é entregador de aplicativo, sabe que na prática essas horas estão conectadas, que o ambiente de trabalho está em todo lugar.

Após a revolução industrial, com o acesso ao relógio (da máquina), a escala de trabalho poderia ser cronometrada com maior exatidão. Mas como mostra E. P. Thompson (1998, p. 304), o desenvolvimento econômico é ao mesmo tempo uma mudança de uma cultura, “e o desenvolvimento da consciência social, como o

desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser, em última análise, planejado”. Não é porque as pessoas estavam em regimes de 12h de trabalho que passavam todas as horas executando suas atividades. Thompson destacou entre essa nova disciplina de trabalho os parâmetros de impessoalidade (para que se julgue o mérito e desempenho, não antecedentes sociais), racionalidade e pontualidade, itens elencados nas listas de valores difundidos e orientações normativas com foco no desenvolvimento social pelos sociólogos das necessidades funcionais. Thompson critica que essa lógica funcional do tempo do trabalho tenha se afluído inclusive no ambiente de instituições como a UNESCO.

Não deve nos causar surpresa que essa ‘provisão de orientações ideológicas’ fornecidas pelos Baxters do Século XX tenha recebido boa acolhida na Fundação Ford. Que elas tenham aparecido tão frequentemente em publicações patrocinadas pela UNESCO, é mais difícil de explicar (Thompson, p.302).

Quando perguntada sobre como se configura o “tempo de trabalho” no Desenrola e Não me Enrola, Flávia me contou que cada um tem suas estimativas de rotina de trabalho de acordo com os projetos que estão desenvolvendo. Mas há um esforço para que trabalhem apenas no horário comercial, para que sempre tenha alguém como responsável pelo Centro de Mídia, que funciona como um coworking. Como o espaço não abre às segundas-feiras, esse é um dia que teoricamente é de “folga” para toda a equipe. Tony também ressaltou que acha importante que neste trabalho por tarefas, os comunicadores planejem para si um tempo de descanso, de lazer. Isso dialoga com a discussão trazida por Thompson (1998 p.302), que mostra que o próprio tempo de lazer se tornou um problema estudado pelos sociólogos, já que o puritanismo “ensinou as pessoas a valorizar cada hora luminosa desde os primeiros anos de vida; e que saturou as mentes das pessoas com a equação ‘tempo é dinheiro’”.⁷

Pelo que se observa nos arranjos econômicos independentes de corporações de mídia, estes têm aumentado e ganhado formas diversas com narrativas de

⁷ E ainda, Thompson traz questionamentos que cabem à análise sobre o trabalho dos coletivos quando investigados sobre a relação que eles têm com tempo de trabalho e possíveis intersecções com sua classe social e formação cultural: Se o puritanismo era uma parte necessária do ethos do trabalho que deu ao mundo industrializado a capacidade de se libertar das economias do passado afligidas pela pobreza, a avaliação puritana do tempo começa a se deteriorar quando abrem as pressões da pobreza? Já está se deteriorando? As pessoas vão começar a perder aquela premência inquieta, aquele desejo de consumir o tempo de forma útil, que a maioria leva consigo assim como usa um relógio no pulso? (Thompson, 1998. p.302)

independência (FÍGARO; NONATO; KINOSHITA. 2017). Mas a discussão da relação entre o tempo de trabalho não aparece nestes estudos sobre o modo de produção. Na minha experiência enquanto estudante de jornalismo, era perceptível que o enxugamento das redações nos levaria a buscar outras possibilidades na profissão, como por exemplo os trabalhos temporários e freelancer. Algumas redações substituíram o trabalho de jornalistas efetivos por jornalistas freelancer e remuneraram por atividade realizada. Troca-se a estabilidade das 8h de trabalho por dia por uma flexibilidade em que o jornalista terá 3 pautas para desenvolver em um período de um dia, não importando o tempo que gastou para realizá-la. Há também empresas que pagam por hora de trabalho e controlam o tempo em que você está no seu computador, inclusive tendo acesso ao que você acessa na sua tela, para confirmar que a hora paga foi hora trabalhada. Não é de se surpreender o alto nível de ansiedade na sociedade contemporânea. Inclusive pela pressão que se aumenta quando as atividades são personificadas e não compartilhadas em equipe de trabalho, já que o problema tem sido cada vez mais individualizado - Se não deu certo, o problema é seu.

No trabalho na Periferia em Movimento, nossa forma de remuneração era respectiva às horas trabalhadas. Para termos caixa e distribuir esse dinheiro entre os participantes, tínhamos que valorar quanto custaria cada hora de trabalho de determinado projeto, somar tudo e negociar esse custo com as instituições apoiadoras. No caso, considerávamos também um piso salarial para os integrantes que por algum motivo não poderiam trabalhar tantas horas, mas tinham a necessidade de ter aquela renda para pagar suas contas. Era uma forma de dar uma sensação de estabilidade financeira, mesmo sabendo que teríamos que correr atrás do financiamento para que o caixa do coletivo se mantivesse “no azul”. Então a própria esfera administrativa do coletivo já nos tomava muito tempo de trabalho e deveria ser também remunerada, assim como uma empresa remunera os trabalhadores do seu setor de RH. Mas essa era uma dinâmica interna, pois os contratos de trabalho firmados com instituições ou com o setor público apenas constavam a remuneração pelo projeto realizado.

No caso dos editais públicos, a lógica sobre o tempo de trabalho está presente em editais de Credenciamento de Oficineiros. Então, estipula-se o valor da hora de trabalho e em alguns, a hora de planejamento. Em outros editais, o contrato estipula o valor pago para a realização do projeto como um todo. Apesar de as discussões

sobre as políticas públicas ficarem mais em torno da questão do conteúdo e ações desenvolvidas, a discussão sobre a forma de remuneração é justificada, mais uma vez, como fundamental.

Em entrevista, Tony (2019) comentou que a lógica de remuneração aos jovens participantes do jornal “Embarque no Direito” foi adaptada diversas vezes. O coletivo tinha o dinheiro total do projeto em caixa e, à princípio, pensou-se em contratar a cada edição, jovens diferentes para participarem da criação do jornal. Mas percebeu-se que esses jovens precisavam de um laço de trabalho mais pré-estabelecido e que a forma como o coletivo poderia fazer, além de aumentar o valor da remuneração, foi também estabelecer uma continuidade no trabalho dos jovens. E para o educador, essas mudanças foram produtos dos diálogos entre os jovens e os profissionais que apresentam as formações em jornalismo e acompanham o processo.

Essas situações que dizem respeito ao formato do trabalho e não ao seu conteúdo compõem o dia a dia de todos, mas muitas vezes passam despercebidas. A consciência de classe pode alterar a maneira como as experiências são percebidas, e os sindicatos já não são um ponto de apoio aos profissionais inseridos nas lógicas do novo capitalismo, como discutimos na disciplina “Juventude e Trabalho” em 2019. Os questionamentos sobre o valor do nosso trabalho trazidos por Oliveira (2010) são essenciais para refletirmos sobre essa existência material. Minha atividade tem valor simbólico? em dinheiro? em forma de conhecimento? é reconhecido? não tem nenhum valor? Quem se interessa em financiar meu trabalho? Quais suas intenções

12 Seria interessante investigar também como se configura a com esse fomento?

preocupação dos financiadores com as condições de trabalho dos criadores?

Novo capitalismo e a flexibilização do trabalho

Então, retorno à crítica construída por Luc Boltanski e Eve Chiapello (1999): se os movimentos de 1968 clamavam por liberdade, como é que essa crítica foi abafada nos anos 1970 e deixou espaço para o capitalismo se reorganizar em um novo espírito e estar tão renovado em apenas duas décadas? Os autores criam uma diferenciação entre as críticas sociais e as críticas estéticas feitas pela sociedade. Nas críticas estéticas, os pedidos eram por autenticidade e liberdade. Já as críticas sociais, eram por igualdade. Resumidamente, após os anos 1970, o capitalismo encontrou formas de melhorar seu desempenho econômico com a ascensão dos capitais financeiros, e isso não foi aplicado para melhorar a distribuição de renda e

¹² Quando os trabalhos de coletivos de comunicação são enviados a possíveis financiadores, eles são inseridos em uma lógica de mercado que de alguma forma terá que gerar benefícios ao financiador. Quais são esses interesses dessas instituições?

¹³ diminuir a pobreza, pelo contrário. As empresas deixaram de oferecer garantias a longo prazo, a palavra da vez virou flexibilidade.

Para os autores, as críticas sociais acompanharam o comunismo francês em sua queda e as críticas estéticas foram contempladas quando as pessoas passaram a ter mais autonomia em seu trabalho. Aqueles jovens que se manifestaram contra a disciplina e autoritarismo do mercado de trabalho ganharam relações mais dinâmicas: autocontrole, liberação, autenticidade, status e aparente sucesso. O que mostram como “um desmoronamento da modernidade sobre o self”.

As transformações do novo capitalismo acarretaram no processo de precarização do emprego, conforme Boltanski e Chiapello (1999) mostram, as inovações organizacionais causam rotatividade (natureza do emprego vira temporária, abre-se possibilidade de empregabilidade por tempo parcial e variável), emprega-se o número mínimo possível de pessoas e utiliza-se o trabalho externo à empresa (subcontratação de mão de obra terceirizada, contratos de serviço) como complemento. Também são criadas novas situações jurídicas (estagiários, empregos-formação) que trazem menos segurança ao trabalhador. Esse contexto leva a um sistema de exclusão e seleção de trabalhadores. Nesse processo de seleção natural, sempre os mesmos são selecionados (menos qualificados), e cria-se um exército reserva de trabalhadores. E a esperança por conseguir algo melhor nunca tem fim, pois tudo seria questão de “oportunidade”.

O novo capitalismo está estruturando um mundo “conexionista”, em que a vida privada e profissional se mesclam nos quesitos de competência e posse pessoal. Mas a pessoa do trabalhador é distinta da força de trabalho que você vende no

14

mercado. O desenvolvimento pessoal ganha espaço no mercado, já que “o homem connexionista é produto do seu próprio trabalho sobre si mesmo” (Boltanski; Chiapello, 1999 p.192), então nessa estrutura você se torna responsável pelo seu corpo, sua imagem, seu sucesso e seu destino. Será que era essa a liberdade que o movimento clamava? Os autores apontam que o capitalismo foi maleável a ponto de

responder à crítica sobre a exploração no mundo do trabalho. Os engajamentos liberais foram individuais, a auto-realização só seria possível excluindo outras

¹³ Em contextos de crises econômicas, essas desigualdades aumentam.

¹⁴ Basta observar como os criadores de startups sempre vendem a imagem de sucesso, não importa o quando estejam endividados e desesperançosos. Afinal, a qualquer momento essa chave pode virar. Os trabalhos de Louise Scoz discutem com precisão essa temática.

peças. E como as relações foram aperfeiçoadas no campo pessoal, os empregadores exercem controle até no campo da confiança.

Como essa situação de corrosão do caráter se relaciona com a busca pelo trabalho com propósito de vida? As expectativas são pessoais ou são coletivas? Nikolas Rose (2011) traz o tema da liberdade como uma subjetividade que fez com que a sociedade tenha adotado essa ideia da individualização do self, do “governo de si”. A flexibilidade no trabalho é também uma ideia que pode ser usada como atrativo no mercado de trabalho, já que o profissional não estaria mais preso a uma rotina. E Richard Sennet considera que o trabalhador que passa a trabalhar nesses regimes flexíveis, sem perspectivas de longo prazo, passa inevitavelmente por um processo de corrosão do caráter. A instabilidade torna-se o normal e essa situação “afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento” (SENNET, 1999. p.33). Ele pontua também que há uma linha divisória na questão da rotina:

Se, no entanto, estamos dispostos a encarar a rotina como inerentemente degradante, atacaremos a natureza mesma do próprio processo de trabalho. Detestaremos a rotina e sua mãe, a mão morta da burocracia. Podemos ser em grande parte levados pelo desejo prático de mais responsividade, produtividade e lucro de mercado. Mas não precisamos ser apenas capitalistas gananciosos; podemos acreditar, como herdeiros de Adam Smith, que as pessoas são estimuladas pela experiência mais flexível, no trabalho como em outras instituições. Podemos acreditar nas virtudes da espontaneidade. A questão se torna então: a flexibilidade, com todos os riscos e incertezas que implica, remediará de fato o mal humano que ataca? Mesmo supondo que a rotina tem um efeito pacificador sobre o caráter, exatamente como vai a flexibilidade fazer um ser humano mais engajado? (SENNET, 1999. p.51)

Esse sistema então, seria constituído de hierarquias frouxas, em que as pessoas mudam de cargos em mudanças que, na verdade, seriam ambíguas, muitas vezes tendo pouca informação sobre o que implicará a nova posição, “não teriam corrido o risco se soubessem. Mas as organizações tantas vezes se acham em estado de fluxo interno que é inútil alguém tentar tomar decisões racionais sobre seu futuro com base na atual estrutura de sua empresa” (SENNET, 1999. p.100). No caso dos coletivos, os entrevistados consideram que o trabalho é dividido de forma não hierárquica, igualitária, com as funções divididas de acordo com a condição e necessidade de cada um. São formatos distintos, mas em que a flexibilidade está presente. E não por acaso, junto com a flexibilidade, aparece a apreensão, caracterizada por SENNET (1999 p.115) da seguinte forma: “apreensão é uma ansiedade sobre o que pode acontecer; é criada num clima que enfatiza o risco constante, e aumenta quando as experiências passadas parecem não servir de guia para o presente”.

Na pesquisa de NONATO e SILVA (2019), que mapeou iniciativas jornalísticas feitas a partir de periferias paulistanas, é pontuado que a profissão do jornalista tem enfrentado dificuldades e isso faz com que busquem alternativas à profissão. Também, que “com a flexibilização no mundo do trabalho, os jornalistas foram submetidos a precárias formas de contratação”. As pesquisadoras vêem as novas possibilidades criadas como “saídas que estão encontrando para continuarem a exercer o jornalismo”. Será que essas iniciativas carregam aspectos de precarização? Pelo que a pesquisa do Fórum Comunicação e Território mostrou, “manter esse trabalho profissional é uma questão chave para entender os limites da produção comunicativa nas quebradas” (Borges, 2019). Pois é preciso ter verba para que os jornalistas consigam se dedicar a seus trabalhos nos coletivos.

Quem tem uma fonte variada de recursos consegue manter essa periodicidade de forma mais estável. Mas no caso de iniciativas que têm uma dependência maior de políticas públicas, como editais por exemplo, o ritmo de entrega de conteúdos é ditado pelo tempo de execução dos projetos. (Borges, 2019)

A pesquisa realizada pelo Fórum Comunicação e Territórios também mostra um contexto de incentivo a essa criação de projetos sobre cultura e comunicação nos anos de 2013. Nesse contexto, elencam a criação de políticas públicas de acesso à universidade e a oferta de Editais de fomento para o campo da cultura, que têm conexões com o campo da comunicação.

O acesso à universidade produz tensionamentos de duas ordens dentro do universo pesquisado. Ela parece ser insuficiente para superar os estigmas do mercado de trabalho e também é um momento em que a realidade se torna consciente. As representações na mídia passam a ser alvo de críticas e os aprendizados passam a trabalhar para transformar a realidade. As iniciativas pesquisadas são ao mesmo tempo uma afirmação de potência e uma confissão que o mercado não está interessado na mudança que esses novos comunicadores trazem. É preciso salientar, no entanto, que nem todas as iniciativas almejam que a iniciativa seja seu principal trabalho(...) Não existem políticas públicas voltadas exclusivamente para o incentivo a Comunicação Periférica. As iniciativas acessam programas pensados inicialmente para cultura, o que certamente não é adequado para a lógica de produção da comunicação, que tem o produto como processo. Além disso, esses editais impõe uma lógica de empreitada de projeto, com períodos de execução curtos e pré-definidos, com entregas em etapas, em fases, o que é diferente das demandas de uma produção conteúdo de comunicação (Fórum Comunicação e Territórios, 2019).

Dardot e Laval (2016) apontam que a sociedade neoliberal organizou técnicas para se conduzir a si mesmo nesses processos competitivos, pois tudo depende do seu desempenho, basta 'investir' nisso. Considero que o financiamento público por editais também estaria atrelado a esses ideais de flexibilização e competitividade, já que as vagas são poucas e os grupos precisam competir entre si, mas poderia existir alguma forma de trabalho mais duradouro que não implicasse na competição. É curioso que essa lógica individualista e competitiva tenha sido incentivada em políticas públicas de cultura de governos de Partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil. Mais uma mostra de que a crítica social dos movimentos de esquerda não foi respondida pelo capitalismo e muito menos superada, como apontaram Boltanski e Chiapello em 1999.

O trabalho dos comunicadores se encaixa no panorâma do trabalho imaterial, pois não pode ser mensurado de acordo com a riqueza criada, entre outras questões elencadas por GORZ:

“O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-

moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência” (GORZ, 2005, p.15) Por estar centrado no capital humano, o trabalho imaterial implica no desenvolvimento de subjetividades no trabalhador, no campo da inteligência e imaginação: “o operador deve ‘se dar’ ou ‘se entregar’ de maneira contínua a essa gestão de fluxo; ele tem de se produzir como sujeito para assumi-lo” (GORZ, 2005 p. 17). A afirmação de que “o trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável” (GORZ, 2005 p.20) se relaciona com as dificuldades enfrentadas pelos coletivos de comunicação na forma de buscarem o financiamento público de seus trabalhos. Principalmente quando estes grupos irão oferecer projetos que não atingem grandes quantidades de alcance de público ou de reportagens publicadas, como é que irão mensurar e valorar esse trabalho imaterial?

Para Negri e Lazzarato (2001), o trabalhador do imaterial irá capitalizar capacidades individuais e deve circular para ser notado. Todos os entrevistados ressaltaram a necessidade de estar em rede, articulados com outros coletivos e atentos a possíveis financiadores. Essa lógica de vender sua imagem enquanto trabalhador, maker, empreendedor é uma forma de precarização que se consolida entre os trabalhadores do “imaterial” porque implica uma capitalização do desejo (Gorz, 2005). Enquanto as capacidades são limitadas, os desejos são vitalícios, e assim,

15 sua produção deve ser muito ‘inovadora’ para que atraia investidores . Grandes nomes do mercado imaterial estão no topo dos investimentos do mercado financeiro, como facebook ou google. Mas será que os trabalhos dos coletivos de jornalismo poderiam se inserir nesse mercado? Será que seus objetivos se manteriam? Existe uma grande discussão sobre aceitar financiamentos de qualquer fonte, pois dinheiro é dinheiro, ou apenas aceitar o dinheiro de quem compartilha os mesmos valores. O olhar de Vera Telles para as mutações no trabalho muito nos ajuda a analisar este panorama do “Jornalismo de Quebrada” com foco nas subjetividades.

Entre, de um lado, os artefatos da “cidade global” sob o foco dos debates entre urbanistas e pesquisadores da economia urbana e, de outro, os “pobres” e “excluídos” tipificados como público-alvo das políticas ditas de inserção social, há todo um entramado social que resta conhecer. E é isso justamente que situa o terreno em que ganha pertinência relançar a discussão sobre os sentidos e os lugares do trabalho na tessitura do mundo social.

Se o trabalho não mais estrutura as promessas de progresso social, se os coletivos “de classe” foram desfeitos sob as injunções do trabalho precário, se direitos e sindicatos não mais operam como referências para as majorias, se tudo isso mostra que os “tempos fordistas” já se foram, o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social. Mas é isso também que abre a interrogação sobre as novas configurações sociais nas quais essa experiência se processa (Telles, 2006. p. 174)

Os percursos de trabalho percorridos pelas gerações anteriores dos comunicadores se transformaram e a cidade também se transformou. Os limiares e as “São esses percursos, da segunda ou terceira geração, que nos fazem perceber as conexões entre trabalho e experiência urbana” (Telles, 2006. p. 180). E a autora aponta que apesar da precariedade presente nos novos modelos de trabalho, eles não deixam de ser um “poderoso conector com o mundo social”. No caso dos coletivos discutidos, a rede de Jornalistas das Periferias é um desses conectores. A pesquisadora aponta que muitos jovens encontram no mundo imaterial uma possibilidade de atuação em espaços precários, mas que não são segregados do ponto de vista da segregação urbana. As possibilidades de mobilidade e de novos

¹⁵ Na pesquisa de Louise Scoz com empreendedores de Startups, ela discorre sobre a definição que uma das entrevistadas dá à sua empresa de consultoria de inovação, que para ela seria uma “empresa livre”, e não estaria confortável em chamar sua empresa de startup. Louise detectou aí o fenômeno do empreendedorismo de palco, “o modo sutil como narrativas sobre liberdade e sobre a produção de um self limitado apenas por si mesmo, unbounded, convergem com discursividades de mercado mais amplas exatamente em seu apelo à flexibilidade” (PASTEUR de FARIA, L. S. 2018. Kindle location 2210/3480).

circuitos são importantes para esses novos trabalhadores alimentarem sonhos e novas possibilidades de vida.

No contexto mundial de transformação do trabalho, o imaterial ganha holofotes com a criação do termo “Economia Criativa”. Como apresentado por PASTEUR (2014), o conceito de economia criativa chega no momento da crise da bolha financeira dos anos 2000 e foi tida como salvação do capitalismo em crise, para se produzir mais, empregar mais, para estimular a economia local de cada país setorizando as vocações de produções nacionais. Assim como o termo Economia Criativa, percebe-

se um aumento dos incentivos ao empreendedorismo e inovação. Tendo em conta que os coletivos atuam em dinâmicas de “trabalho por projetos”, e redesenham seus projetos de acordo com as temáticas de Editais lançados pelo Estado, seus projetos têm sido redesenhados nessas lógicas da Economia Criativa, Inovação e Empreendedorismo.

Breves reflexões para os próximos passos da pesquisa

Das primeiras vezes em que escrevi sobre a prática do jornalismo não corporativos, o fiz com foco no conteúdo trabalhado e nos modelos de projetos, mas não me atentei à relação que os participantes dos coletivos de jornalismo tinham com a atividade enquanto “trabalho”. Agora que me insiro num campo de pesquisa da sociologia urbana e irei realizar uma etnografia, nos próximos trabalhos em campo, pretendo observar quais são as dinâmicas estabelecidas no âmbito do trabalho, tentando fugir das binariedades. Sob a perspectiva de Boltanski e Chiapello, pretendo adentrar à crítica social do trabalho, para além da crítica estética que já tenho desenvolvido.

O discurso sobre empreendedorismo e negócio de impacto social tem sido muito frequente nos projetos que tenho acompanhado dos coletivos de comunicação que trabalham cursos de formação em jornalismo, muitos deles participantes da Rede de Jornalistas das Periferias. Na categorização feita pelo SEBRAE para o empreendedorismo por necessidade, estes “afirmam ter iniciado o negócio pela ausência de alternativas para a geração de ocupação e renda”. Pretendo investigar como se dá esse empreendedorismo no âmbito dos coletivos, pois pode ser que esteja em curso um processo de capitalização do desejo (GORZ, 2005) e de manutenção de um status de trabalho precário que afeta suas subjetividades de diversas formas.

Na categorização de “Jornalismo de Quebrada” de Juliana Salles, já identificamos um trabalho imaterial que une vida privada e trabalho e é feito com o propósito de “trabalhar com o que se gosta”. Porém, seria um trabalho coletivo, com foco no social, em diminuir desigualdades por meio da disseminação de conhecimento, mas sua forma de fomento não deixa de estar inserida em uma lógica da precariedade. Seria esse trabalho precário uma forma de “se virar” após a situação de risco, como apontou Isabel Lorey (2016)? Pode ser feita a aproximação ao fator que mostrou Tommasi (2007), que o empreendedorismo foi tomado como um incentivo a assumir riscos, aproveitar as oportunidades. Mas a que custo?

Por fim, venho resgatar as considerações de Isabel Lorey (2016), de que a precariedade está inserida na biopolítica e não é passageira, assim como enfrentá-la não quer dizer retomar ao modelo anterior (Scoz, 2018), mas conhecer e saber como desviar das técnicas de governança. Ou seja, a mobilização dos atores já pode significar alterações nessa lógica de trabalho precário para uma possível negociação com os demais atores desse contexto, seja o Estado que financia, a instituição que fomenta ou o público dos jornais.

Finalizo com Bourdieu (1998), que destacou que por mais que estejamos inseridos na lógica da precariedade, não temos nem tempo de percebermos quanto a precariedade é uma experiência compartilhada por todos nós. Mas quando tivermos a percepção desse sistema, poderemos nos reconhecer enquanto grupo de trabalhadores precários e pensar em possibilidades de mudanças. É preciso questionar porque nos orgulhamos de uma “carreira-correria” (MORENO, 2018) e porque o empreendedorismo para alguns é um trampolim para a formalização e estabilidade e para outros é uma esperança e ansiedade.

Referencias

Aceleradora de Negócios de Impacto da Periferia. **ANIP**. Site institucional. Disponível em: <<https://www.aceleradoranip.com> />. Acesso em: 20 dez. 2019.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana** . 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Barbero, J. M. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003. 374 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

BOLTANSKI Luc., CHIAPELLO Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORGES. **Após 30 anos de luta, comunicadores das quebradas ainda passam perrengue pra trapar**. Periferia em Movimento, 2019. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/apos-30-anos-de-luta-comunicadores-das-quebradas-a-inda-passam-perrengue-para-trampar/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda parte. In: **BORDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 72-77.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Vitor. “Ser DJ não é só soltar o play: a pedagogização de uma nova profissão de sonho. **Revista Educação & Realidade**, vol. 42, Porto Alegre, Abril/Junho de 2017

FÍGARO; NONATO; KINOSHITA. **Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais.** Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0420-1.pdf>> Visualizado em novembro de 2019.

FÓRUM COMUNICAÇÃO E TERRITÓRIOS. **Pesquisa Comunicação e Territórios.** 2019. Disponível em: <<https://www.comunicacaoeterritorios.org/>> visualizado em 20/11/2019

GORZ, André. **O imaterial. Conhecimento, valor e capital.** Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005. 107 p.

Historiorama. **Jornal Embarque No Direito.** Site institucional . Disponível em: <<http://www.embarquenodireito.org/quem-somos/>>. Acesso em: 20 dez. 2019. LOREY, Isabell. **Estado de inseguridad. Governar la precariedad** . Traficantes de Sueños: Madrid, 2016.

MARLON, Tony. Entrevista [26 nov. 2019] Entrevistadora: Mariana de Sousa Caires. São Paulo, 2019. 2 arquivos em MP3 (60 min.).

MORENO, Gabriel. **Ocupação: Cultural. Reflexões sobre sonho e trabalho.** Dissertação (mestrado) - Instituto de Arte e Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 125 f.

NEGRI, Antonio e LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 112 pp.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A Concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas. **Revista KÍNESIS** . MARÍLIA. v. 2, p. 72-88, 2010.

<<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4337>>. Acesso em 18 nov. 2019.

PASTEUR de FARIA, L. S. **O Poder Dos Sonhos: Uma Etnografia de Empresas Startup no Brasil e no Reino Unido**. Dissertação (doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRS. Porto Alegre. 2018

_____. (2014). **Quando pessoas fazem dinheiro com ideias**: breves reflexões sobre economia criativa, indústrias de conteúdo e cadeia de produção de valor imaterial. 2015.

(Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Periferia em Movimento. **Quem Somos**. Site. 2019. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 20 dez. 2019.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade**. Petropolis: Vozes, 2011.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Bruna; NONATO, Cláudia. Jornalismo Periférico: um mapeamento das iniciativas jornalísticas feitas a partir das periferias paulistanas. **Revista Anagrama**, São Paulo. Julho a Dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anagrama>> visualizado em 20/11/2019

SOARES, Ismar Oliveira. Caminos de la educucomunicación: utopías, confrontaciones, reconocimientos. **Revista Nômadas**, U Central Bolivia, N. 30, Abril de 2009.

SOUZA, Juliana Salles de. **Jornalismo de Quebrada e as Representações das Periferias Paulistanas**. Monografia (graduação). Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM). São Paulo, SP, 2015, 167f.

SOUZA, Juliana Salles de. **Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação Popular e Periférica em São Paulo e Medellín**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina - USP. Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura. São Paulo, 2019. 454 f.

TELLES, Vera. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo social, v. 18, 2006.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p

TOMMASI, Livia. Trabalho: Necessidade, privilégio ou direito?. **Revista Sociologia - Ciência e Vida - Especial**, São Paulo, p. 24 - 35, 01 set. 2007.

VILHENA, LOPES, CRUZ, MATOS, SIQUEIRA. **Você Repórter da Periferia: Visões e Vivências do Jornalismo nas Periferias**. Filo Czar: São Paulo, 2018

YASAKI, G. **Meu Querido Diário...** A história da Educomunicação contada a partir do Diário

Oficial da Cidade de São Paulo (monografia). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2018.